

## **IV FÓRUM MINISTERIAL UNIÃO EUROPEIA – AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

*Uma Aliança para a Coesão Social através da Inclusão Digital*  
**Lisboa, 28-29 de Abril de 2006**

### **DECLARAÇÃO DE LISBOA**

Os Ministros e Chefes de Delegação dos Países da União Europeia e da América Latina e Caraíbas, e o membro da Comissão Europeia, presentes no IV Fórum Ministerial União Europeia (UE) – América Latina e Caraíbas (ALC) sobre a Sociedade da Informação, celebrado nos dias 28 e 29 de Abril de 2006 em Lisboa, Portugal:

- i. Recordando que este IV Fórum se insere no contexto da preparação da próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UE-ALC, que terá lugar em Viena (Áustria) nos dias 11 e 12 de Maio de 2006;
- ii. Sublinhando que este IV Fórum Ministerial consolida a tradição de diálogo sobre a Sociedade da Informação entre ambas regiões, tendo como base os encontros prévios realizados em Sevilha em 2002, em Lima em 2003 e no Rio de Janeiro em 2004;
- iii. Destacando a recente elaboração do Plano de Acção Regional eLAC 2007 pelos países da América Latina e Caraíbas, e as suas perspectivas até 2010 e para além, bem como a adopção da agenda i2010 por parte dos países da União Europeia, e do grande potencial de cooperação que se abre entre ambas as agendas regionais, e saudando os esforços realizados pelos países de ambas as regiões para alinharem as suas estratégias nacionais de desenvolvimento das TIC com o eLAC 2007 e i2010 respectivamente;
- iv. Conscientes de que a Declaração de Princípios de Genebra da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) indica no parágrafo 62 que “*A integração regional contribui para o desenvolvimento da Sociedade da Informação global e torna indispensável uma forte cooperação entre regiões e dentro das mesmas*”, e que a Agenda de Tunes destaca no parágrafo 101 que “*A pedido dos Governos, as organizações regionais intergovernamentais deveriam levar a cabo, em colaboração com outras partes interessadas, actividades de implementação da CMSI, trocando informação e melhores práticas ao nível regional, bem como facilitando o debate sobre as políticas de utilização das TIC para o desenvolvimento, focalizando-se em alcançar as metas e os objectivos para o desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os “Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio”*”;
- v. Considerando que a Agenda de Tunes da Cimeira Mundial para a Sociedade da informação, em particular nos parágrafos 72 a 78, nos quais a Cimeira instruiu “*o Secretário-Geral das Nações Unidas, num processo aberto e inclusivo, para convocar, até ao segundo trimestre de 2006, uma reunião do novo fórum para diálogo sobre políticas entre os diferentes stakeholders – denominado Fórum para a Governação da Internet (IGF)*”;

- vi. Considerando também os parágrafos 69 a 71 da Agenda de Tunes da Cimeira Mundial para a Sociedade da informação, na qual foi reconhecida *“a necessidade de cooperação reforçada no futuro, para permitir que governos, prossigam em pé de igualdade, o seu papel e responsabilidades no âmbito das políticas públicas internacionais relativas à Internet, mas que não se enquadram nas questões técnicas e operacionais do dia a dia, que não têm impacto nos assuntos de políticas públicas internacionais;*
- vii. Reconhecendo que o progresso da Sociedade da Informação nos últimos anos tem sido impressionante, com avanços significativos no uso da Internet, de comunicações em banda larga e móveis. Notando que, não obstante, este processo poderá ser reforçado pela remoção de barreiras ao acesso universal, ubíquo, equitativo e acessível em termos de custos à informação. Sublinhamos a importância da remoção das barreiras para ultrapassar a fractura digital, em particular aquelas que travam a concretização completa do desenvolvimento económico, social e cultural dos países e o bem-estar da sua população, em particular nos países em vias de desenvolvimento;
- viii. Reconhecendo os esforços actualmente em curso em ambas as regiões para promover o desenvolvimento de uma Sociedade da Informação que almeje o bem-estar humano, a coesão e inclusão social e o desenvolvimento económico, democrático e cultural;
- ix. Considerando os pontos de vista dos representantes do sector público, da sociedade civil, da academia, do sector privado, das organizações internacionais e dos restantes actores que participam no IV Fórum;
- x. Relembramos a importância de criar um ambiente legal, regulatório e de políticas de confiança, transparente e não-discriminatório. Para esse fim, reiteramos que a UIT e outras organizações regionais deverão tomar medidas para assegurar o uso racional, eficiente, económico e o acesso equitativo ao espectro de radiofrequência por todos os países, de acordo com os acordos internacionais relevantes;
- xi. Reafirmando a nossa satisfação por os dez ambiciosos pontos do Programa Bi-regional para a Inclusão Digital, que foram acordados durante o III Fórum Ministerial UE – ALC no Rio de Janeiro, em Novembro de 2004, terem sido plenamente implementados em ambas as regiões (vide Anexo).

**Neste contexto:**

1. Reiteramos a nossa convicção de que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são uma ferramenta poderosa para lutar contra a pobreza, as desigualdades e a exclusão social, de modo a atingir os “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, bem como para a prevenção de qualquer nova forma de segregação social, e de que não serão alcançados todos os benefícios da Sociedade da Informação enquanto persistir uma fractura digital entre aqueles que têm acesso e os que não têm acesso às TIC e à formação necessária para o seu uso efectivo. Tal como acordado na Agenda de Tunes “e-Estratégias nacionais, quando apropriadas, deverão ser uma parte integrante dos planos de desenvolvimento nacional, incluindo estratégias para redução da pobreza, visando contribuir para alcançar as metas e objectivos acordados internacionalmente, incluindo os “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”;

2. Afirmamos que a inclusão digital requer solidariedade e parceria entre governos, sociedade civil, academia, sector privado e organizações internacionais. As iniciativas de cooperação, tanto dentro das fronteiras nacionais como entre Estados e regiões, devem contribuir para estabelecer uma agenda mundial de solidariedade digital, que constituirá a base para o desenvolvimento da Sociedade de Informação em áreas e regiões menos desenvolvidas;
3. Expressamos a nossa convicção de que um governo e um sector público transparentes e eficientes são uma parte essencial e têm um papel central na construção da Sociedade da Informação em ambas as regiões, e que a troca de experiências nesta área será mutuamente benéfica. Também reconhecemos que as TIC são ferramentas efectivas para reforçar o desenvolvimento sustentável, a democracia, a boa governação e a aplicação das normas jurídicas;
4. Acolhemos com satisfação o trabalho realizado no âmbito do Programa @LIS (Aliança para a Sociedade da Informação) da Comissão Europeia de cooperação entre a União Europeia e a América Latina, destacando os resultados de sucesso obtidos até agora. Consideramos importante avaliar estas actividades e retirar as conclusões relevantes para o futuro, relativamente à contribuição das TIC para o desenvolvimento e coesão social em ambas as regiões. E tendo em vista o próximo V Fórum Ministerial, devem ser procuradas diferentes opções para sustentar os resultados alcançados; Em particular, deverão ser estudados a evolução das boas práticas da corrente fase piloto para uma escala alargada e a continuação e eventual extensão da RedCLARA à região das Caraíbas;
5. As TIC deverão ser incluídas amplamente nas estratégias Oficiais de Auxílio ao Desenvolvimento (OAD), através de uma troca e partilha de informação mais efectivas e coordenação entre os parceiros de desenvolvimento, e através da análise e partilha de boas práticas e lições retiradas da experiência com os programas das TIC para o desenvolvimento;
6. Acolhemos com satisfação o esforço levado a cabo pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para organizar o primeiro encontro do Fórum para a Governação da Internet (IGF), em Atenas, em Outubro próximo. Também reafirmamos a nossa convicção de que o processo no sentido de uma “Iniciativa de Cooperação reforçada para a Governação da Internet”, merecerá o compromisso total de todos os nossos Governos e expressamos o nosso apoio e oferecemos a nossa ajuda ao Secretário-Geral das Nações Unidas durante o processo preparatório que visa o primeiro encontro desta “Iniciativa”, em 2006;
7. Notamos que a iniciativa i2010, que estabelece o quadro para a política da Sociedade Informação na UE, identifica a eInclusão (inclusão digital) como uma prioridade, e portanto define acções em áreas chave, incluindo a acessibilidade, a fractura digital geográfica, o governo electrónico e o envelhecimento. A iniciativa i2010 também anuncia uma grande iniciativa europeia no âmbito da Inclusão Digital para 2008. Saudamos a Conferência Ministerial da UE sobre “As TIC para uma Sociedade Inclusiva”, que terá lugar em Riga (Letónia), de 11 a 13 de Junho de 2006, e que visa estabelecer uma agenda política para a UE nos próximos anos, identificando as condições para implementação, e comprometendo todas as partes interessadas;
8. Sublinhamos a importância da implementação das actividades incluídas no Plano de Acção Regional eLAC 2007 e dos seus progressos até agora, que contou com a cooperação técnica

de várias organizações e redes regionais, em particular ECLAC, OAS e INFOLAC, com vista a uma pronta avaliação destes esforços pelos países GRULAC no evento do eLAC 2007 em El Salvador durante 2007, como um passo em frente no sentido do cumprimento dos compromissos de 2015, definidos pela Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação. Acordamos em aprofundar a cooperação entre as duas regiões de modo a criar sinergias entre as iniciativas i2010 e eLAC 2007, no quadro dos programas de trabalho e bi-regionais deste Fórum, que estão baseados nos documentos da CMSI e tendo em mente os actuais ou novos programas como o @lis e o 7º Programa-Quadro da EU para investigação, entre outros;

9. Afirmamos o nosso interesse em continuar e intensificar o diálogo entre i2010 e eLAC 2007, incluindo a troca de experiências, a promoção da investigação, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e a participação de peritos e responsáveis pelas políticas em eventos, iniciativas e projectos de investigação em ambas as regiões;
10. Expressamos a nossa vontade de intensificar o nosso diálogo sobre o desenvolvimento de estudos de prospectiva, visando a criação de visões futuras comuns para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, envolvendo o sector público, a sociedade civil, a academia, o sector privado e os utilizadores de ambas as regiões;
11. Saudamos os acordos alcançados durante a IV Cimeira de Presidentes dos órgãos reguladores de telecomunicações da América Latina (Regulatel) e da Europa (IRG), celebrada em Novembro de 2005, em Sintra, Portugal;
12. Reafirmamos o nosso apoio ao diálogo sobre normas entre entidades públicas e privadas de ambas as regiões, tendo como objectivo a promoção do desenvolvimento de normas internacionais abertas, em todos os aspectos relacionados com infra-estruturas, serviços, aplicações, segurança e interoperabilidade;
13. Reconhecemos o progresso feito na interligação entre as redes Latino-Americana (redCLARA) e Europeia (GEANT), que providencia uma base sólida para a cooperação científica bi-regional, contribuindo para atingir os objectivos adoptados na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação em Tunes. Neste sentido, queremos chamar a atenção dos Chefes de Estado e de Governo para a importância de manter o suporte político e financeiro às iniciativas que consolidam o espaço de colaboração científica baseada nas TIC, tais como a RedCLARA e a sua interligação com o GEANT, para garantir a sua continuidade operacional e extensão à região das Caraíbas. Expressamos o nosso apoio ao fortalecimento da cooperação UE-ALC em investigação & desenvolvimento, nomeadamente no contexto do Sétimo Programa Quadro da União Europeia para a investigação, que cobrirá o período entre 2007 e 2013, baseado em prioridades comuns, identificadas em conjunto, e baseando-se na potencial extensão da interligação entre a redCLARA e GEANT;
14. Ao mesmo tempo, sublinhamos a importância de projectos de infra-estruturas físicas, como o Plano Puebla-Panamá e a iniciativa para integração das Infra-estruturas Regionais da América do Sul, encorajamento a participação de organizações financeiras multilaterais e de investidores privados;
15. Expressamos a nossa satisfação com o desenvolvimento da rede RELPE (Rede Latino-Americana de Portais Educativos), que promove a partilha e a produção de recursos educativos através dos seus portais, tendo em conta as escolhas de cada país em termos de

plataformas, conteúdos e currículos. Saudamos os acordos alcançados entre os Ministros da Educação da América Latina e Caraíbas (ALC) e expressamos o nosso interesse na intensificação da colaboração entre redes ALC e Europeias;

16. Favorecemos a criação de laboratórios e centros nacionais especializados em questões de e-Saúde e implementação de acções regionais que visam a adopção e promoção de normas para o uso das TIC nos serviços de saúde. Também favorecemos a promoção do desenvolvimento das infra-estruturas de telecomunicações necessárias para os serviços médicos e iniciativas no âmbito da e-Saúde para melhorar os serviços de saúde primários, especialmente nas áreas rurais. Apoiamos a promoção do estabelecimento de indicadores que permitam uma avaliação objectiva dos programas e serviços de Telemedicina na região;
17. Expressamos o nosso interesse em estabelecer medidas adequadas para prevenir e corrigir, se necessário, o impacto ambiental dos produtos TIC e o seu uso, durante a sua fase de produção, recuperação, reciclagem e eliminação, tendo em conta as recomendações efectuadas pelas organizações intergovernamentais relevantes;
18. Notamos que o potencial de abrangência da política da inclusão digital é vasto; para além da extensão do uso da Internet, entre outros, está relacionado com uma variedade de questões sociais e económicas, em torno da organização e prestação de serviços de interesse público, que dizem respeito a vários grupos da população, áreas geográficas e pequenas e médias empresas. Reconhecemos que será importante lidar com alguns aspectos chave neste contexto, nomeadamente:
  - a) **Fornecer orientações estratégicas, apoio e liderança**, através de: i) estratégias de inclusão digital a nível nacional e local, com base em iniciativas existentes, orientações de organizações regionais e internacionais, e no *feedback* do público-alvo; ii) monitorização do progresso relativo a objectivos chave através de indicadores e análise, com abordagens comuns permitindo a comparabilidade e a troca de boas práticas;
  - b) **Reduzir as disparidades no acesso e utilização das TIC, incluindo as disparidades geográficas em áreas desfavorecidas**, através de: i) aumento do número de pontos de acesso públicos à Internet, conhecimento geral da localização dos principais pontos públicos com distribuição geográfica equitativa; ii) providenciar esquemas de promoção, de incentivos ou apoio para o equipamento terminal TIC e assistência, especialmente para pessoas e áreas desfavorecidas; iii) assegurar um papel adequado do sector público no desenvolvimento de infra-estruturas TIC;
  - c) **Aumentar a acessibilidade e usabilidade das TIC**, através de: i) estímulo do compromisso voluntário por parte da indústria e do diálogo com os utilizadores para promover a usabilidade, desenho para uma utilização generalizada e formação profissional; ii) estímulo à conformidade com as normas de acessibilidade relevantes para redes de comunicação, equipamentos e portais de Internet públicos;
  - d) **Melhorar a literacia digital e competências**, através de: i) aumentar a consciência para os benefícios das TIC e da literacia digital, nomeadamente para os desempregados e outros utilizadores desfavorecidos, incluindo programas de formação e apoio; ii) assegurar que os estudantes e os seus professores adquirem competências digitais básicas, e usufruam de acesso e apoio a custos suportáveis às TIC, com base no esforço do sector

privado e acelerando este processo através do encorajamento de parcerias público-privadas;

- e) **Melhorar a segurança e a confiança do utilizador**, através da: i) abordagem às questões de segurança das TIC; ii) abordagem de questões relacionadas com a protecção de dados pessoais e a privacidade, que ameaçam os utilizadores das TIC, promovendo a sua consciencialização e preparação para fazer face a estas ameaças;
- f) **Promover serviços de interesse público inclusivos, nomeadamente serviços de governo electrónico**, através de: i) desenho e oferta de serviços chave e de políticas de serviço público, para beneficiários-alvo, centrados no utilizador e inclusivos; ii) implementação de acções e abordagens governamentais concertadas tendo em vista o aumento da utilização de serviços públicos em linha e a possibilidade de transacções de serviços públicos totalmente em linha; iii) protecção dos consumidores e dos direitos dos utilizadores dos serviços públicos no meio digital; iv) facilitação da interacção do cidadão com a administração e a participação nos assuntos públicos e processos democráticos;
- g) Promover, entre outros, serviços e aplicações de comércio electrónico, e-saúde e e-educação, a serem desenvolvidos pelos sectores privado e público, assim como pela sociedade civil através de: i) encorajar o desenvolvimento de aplicações e serviços centrados no utilizador; ii) apoiar estratégias que encorajem o uso alargado destas iniciativas;
- h) **Lidar com as necessidades de grupos em risco de exclusão**, através de: i) disponibilização de conteúdos e serviços públicos e privados relevantes para os idosos, e aqueles que não beneficiam das TIC, particularmente para melhorar as suas capacidades e oportunidades de acesso a um trabalho decente; ii) exploração das possibilidades oferecidas pelas TIC para melhorar o número de mulheres com qualificações e a sua presença no mercado de trabalho, incluindo em cargos de gestão;
- i) **Promover a diversidade cultural**, através de: i) apoio ao pluralismo, identidade e diversidade cultural e linguística no espaço digital, e amplo acesso à informação e herança cultural, bem como ao intercâmbio cultural e intelectual; ii) combate à discriminação dos imigrantes, minorias étnicas e culturais, estimulando a sua participação na Sociedade de Informação e tendo em conta os direitos humanos; iii) encorajar a criatividade artística e intelectual na Sociedade da Informação, bem como o empreendedorismo e oportunidades de negócio, em particular para as minorias e grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiências; iv) suporte ao acesso dos povos indígenas às TIC, preservando a sua herança e legado cultural, de forma a que beneficiem do seu próprio desenvolvimento; v) Promoção do desenvolvimento de conteúdos que reflectam as identidades regionais de modo a fortalecer a integração;
- j) **Reforçar a cooperação internacional**, através de: i) estímulo à investigação conjunta e apoio à demonstração e implementação; ii) empreender acções para promover a inclusão digital tanto a nível regional como inter-regional, bem como a nível internacional; iii) colaboração com organizações internacionais que lidam com a inclusão digital e a fractura digital, nomeadamente no seguimento da Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação; iv) trabalhar no sentido de prioridades e abordagens internacionais comuns.

19. Agradecemos ao Governo Português e à UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento – a hospitalidade e o apoio na realização deste IV Fórum Ministerial da União Europeia – América Latina e Caraíbas sobre a Sociedade da Informação. Agradecemos também à Comissão Europeia, ao ECLAC e a AHCJET pelo apoio prestado, e esperamos que no futuro nos encontremos no V Fórum Ministerial União Europeia – América Latina e Caraíbas sobre Sociedade da Informação.